

A organização escolar e a construção da contra-hegemonia burguesa

Gracialino Dias*

Introdução

Uma das contribuições mais importantes legadas pelo Marxismo, no que tange à organização escolar, prende-se ao desenvolvimento da crítica em torno de sua estrutura e ao entendimento atingido quanto à natureza de classe que ela apresenta.

Entretanto, o debate teórico nem sempre foi conduzido para o campo de definição dialética do problema, como sugere a produção Marxiana. Assim, temos várias interpretações produzindo, por sua vez, visões de “Marxismos” contraditórios entre si. Não que queiramos fazer uma leitura ortodoxa no sentido da negação do devir histórico, mas sim, alinharmo-nos em torno do campo epistemológico, definindo a partir da elaboração de Marx e Engels e de seus proeminentes continuadores, como Gramsci, Snyders, Saviani, dentre outros, que trabalham a questão educacional, inserida no campo das relações sociais concretas e da totalidade histórica. Esta leitura será feita tendo como referência a realidade da educação brasileira.

Desta forma, pretende-se fazer uma reflexão em torno do desenvolvimento da hegemonia – categoria fundamental para a análise do seu bloco histórico – e sua vinculação com a estrutura escolar, da qual a escola, situada no campo da cultura – superestrutura – coloca-se nas dimensões ora determinadas, ora determinantes, na totalidade histórica.

* Mestrando em Educação na Universidade Federal do Paraná.

A questão central que se apresenta volta-se, então, para indagações quanto ao papel da instituição escola nos marcos da sociedade capitalista: sua função é ser reprodutora das relações sociais vigentes ou ser um instrumento eficaz para a construção de uma nova hegemonia política? Qual a relação que a escola precisa estabelecer para desempenhar o papel de agente de transformação social?

O presente trabalho prima por colocar em discussão as tendências “reprodutivas” com a dialética, relacionadas com a práxis escolar na perspectiva da construção da contra-hegemonia burguesa.

A Escola e o Bloco Histórico

Se a hegemonia pressupõe, por definição, “a existência de uma classe dirigente e de classes dirigidas”, como afirmou Portelli (1990, p.78), ocorrendo no plano das superestruturas, tem a sua origem nas estruturas econômicas da sociedade, determinadas pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

A hegemonia burguesa é um fenômeno que se expressa fundamentalmente através das contradições geradas no capitalismo: a divisão social e técnica do trabalho e a estrutura de propriedade privada, inerentes ao regime. Porém, este processo hegemônico manifesta-se no seu todo da formação social, configurando a existência do bloco histórico permeado pelas relações entre infra-estrutura e superestrutura, e entre sociedade civil e sociedade política, as quais definem os limites da hegemonia e da contra-hegemonia, determinando, no final do processo, a coerção de uma classe ou de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Desta forma, a estrutura de poder, isto é, o local de exercício da hegemonia política e social, é determinada, em última instância, pelas relações econômicas.

Assim, a estrutura organizacional do sistema de educação brasileiro, e em qualquer sociedade de classes, carrega no seu bojo um componente marcadamente definido pela classe hegemônica, sendo, no nosso caso, a burguesia brasileira detentora dos meios de produção e, portanto, a classe que exerce a primazia econômica e, em consequência, a primazia política e ideológica na nossa sociedade.

Embora, tendo-se claro que a educação é um “fenômeno estrutural”, logo, “determinado pela base material”, e como tal não tendo o poder de

alterar essa base material, como afirmou Saviani (1991b, p. 71), a contradição da relação entre infra-estrutura e a superestrutura, por ser dialética, não nega que haja contradição no interior de cada uma destas instâncias. Pelo contrário, além de destacar as contradições em si, inerentes a cada coisa, o faz no contexto da sua totalidade concreta, contraditória e em movimento, superando assim a concepção do unilateralismo determinista.

Sobre a estrutura de ensino no Brasil, pode-se afirmar que o seu caráter dualista, elitista e hierarquizado que se manifesta nas formas de organização escolar, obedece a uma orientação proveniente do Estado (sociedade política), o qual eregiu-se a partir de suas relações sociais de produção, calçadas na divisão social e técnica do trabalho. Consiste, pois, na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual que se reproduziu na efetivação da estrutura dualista no interior da organização do ensino, tornando-a, pela seletividade dos conteúdos e pela exclusão social, um instrumento para a reprodução da sociedade capitalista.

Entretanto, não se pode, a partir da conclusão objetiva de que as origens da dualidade no ensino estão na divisão social e técnica do trabalho, eliminar a educação escolar da condição de palco de lutas, tratando-a como um aparelho do Estado burguês, a serviço da reprodução das relações sociais, como propuseram os crítico-reprodutivistas Baudelot-Estabet, os quais, no dizer de Saviani (1991b, p. 74), “trabalham as contradições apenas no âmbito da sociedade”, não levando em conta a análise da educação como um processo contraditório, ou seja, concebem a educação escolar como um instrumento dos capitalistas contra os trabalhadores.

Esta concepção adotada pelos “reprodutivistas”, por um lado acabou por contribuir para a despolitização das políticas educacionais e, por outro, veio a incentivar a discussão e o estudo em torno dessa problemática, com base nas obras de Marx e Engels e seus continuadores, resgatando a escola ao campo do contraditório, à arena da luta de classes.

A essência da elaboração Marxiana está definida pelo método científico de análise por ele desenvolvido: o materialismo histórico e dialético. Marx, no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, afirma que:

o conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (...) Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (1983, p. 24)

O equívoco que se observa com relação ao ser social e à sua consciência brota exatamente do mecanismo na leitura de Marx. Aliás, mecanicismo que o autor de *O Capital* combateu em Feuerbach quando afirma que

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação, e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, que esquece que *as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado*. (sem grifo no original) (Marx & Engels, 1963, p. 208).

A clareza do método Marxista está, portanto, definida pela compreensão de que as relações do homem com a natureza, isto é, o trabalho, é o ponto de partida para a análise do real, e que este é modificado e construído pelo homem histórico, ou seja, nas suas relações sociais concretas.

Desta maneira é que a organização escolar deve ser compreendida, como parte de um todo metamorfoseante e contraditório, agindo ao mesmo tempo como determinada e como determinante na formação social que se insere.

Para compreender estas dimensões dadas à estrutura educacional de Marx, busquemos dois momentos: primeiro, quando o autor afirma que “por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino, por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais” (*id.*, 1992, p.96); segundo, através da proposta de Marx para a escola, com formação politécnica que, “deve compensar os inconvenientes que derivam da divisão do trabalho, que impedem o alcance do conhecimento profundo de seus ofícios aos aprendizes” (*ibid.*, p. 98).

Esta leitura de Marx nem sempre foi feita corretamente. Um exemplo disso está nas chamadas teorias crítico-reprodutivas, sugeridas no bojo das crises de 68 e desenvolvidas durante a década de 70, as quais chegaram a conclusões mecanicistas quanto à análise da organização do ensino na sociedade capitalista, concebendo-a como uma estrutura para reforçar o domínio da classe dirigente. Conforme Saviani (1991a, p. 28), dentre estas teorias, as de maior expressão são: “teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica” desenvolvida por P. Bourdieu e J. C. Passeron, “teoria da escola enquanto aparelho ideológico de Estado – AIE”, desenvolvida por L. Althusser; e a “teoria da escola dualista”, desenvolvida por C. Baudelot e R. Establet.

Embora a elaboração destes críticos remetesse para a descolarização, as suas posições acabaram provocando o debate e o aprofundamento teórico que propiciaram uma maior definição quanto à função do educador escolar na sociedade burguesa, colocando-se, portanto, a possibilidade da escola como um espaço na luta para os interesses dos trabalhadores – “palco e alvo de lutas de classes” (Saviani, 1991b, p. 39).

Snyders, ao analisar as proposições de Althusser, Baudelot, Establet, Bourdieu, Passeron e Ilitch, afirma a necessidade de “inserir a escola na luta de classes, compreender como participa a escola nessa luta de classes, porque é, em última instância, o desconhecimento do que é a luta de classes que, nos nossos cinco autores, nos parece arrastar (por processos evidentemente muito diversos) àquilo que ousamos considerar como seus desvios” (Snyders, 1981, p. 11).

A compreensão da escola como instância de exercício da hegemonia e da contra-hegemonia torna-se possível na medida em que ela passa a ser analisada a partir das relações concretas que se desenvolvem no interior da sociedade. É isso que os nossos autores chamam de inseri-la “na luta de classes”.

A crítica de Gramsci à organização da educação na sociedade capitalista se dá em relação à divisão da escola clássica e escola profissional, obedecendo à racionalidade do regime, no qual a escola profissional destina-se aos filhos dos trabalhadores e a escola clássica aos filhos das classes dominantes e aos intelectuais. O autor italiano, ao analisar as crises do sistema de ensino aponta para a superação da escola “desinteressada”, afirmando que

a crise terá solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar normalmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (Gramsci, 1988a, p.118)

A conquista desta escola unitária para a nossa sociedade ainda não foi atingida exatamente porque: primeiro, ela não interessa ao grupo hegemônico – a burguesia brasileira – e, segundo, o conjunto dos intelectuais e dos profissionais de educação do nosso país, na sua grande maioria, não a tem como uma proposta pedagógica a ser conquistada.

Deste modo, a escola se descaracteriza, não assumindo com relevância o seu papel de agente de mudança e de transformação social.

A importância da escola prende-se, por sua vez, à atividade dos intelectuais. Aí, Gramsci destaca a necessidade da classe dirigente ter uma verdadeira política para os intelectuais, no sentido da formação de um bloco ideológico. No *Risorgimento*, afirma:

A hegemonia de um centro diretor sobre os intelectuais afirma-se através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia que ofereça aos aderentes uma dignidade intelectual que crie um princípio de distinção e um elemento de luta contra as velhas ideologias que dominam pela coerção; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interesse e proporcione atividade própria, no domínio técnico, a essa fração de intelectuais, que é a mais homogênea e numerosa (os educadores, mestre-escola, aos professores universitários). (Portelli, 1990, p.66)

Para Gramsci, a relação dos intelectuais com o mundo da produção não é limitada. Atuando no conjunto das superestruturas, a sua maior ou menor vinculação a um grupo social fundamental se dá através da fixação gradativa das suas funções nas superestruturas a partir da estrutura. A esse respeito, aponta dois grandes planos superestruturais:

O que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (...) Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. (Gramsci, 1988a, p.10-11)

O momento da construção hegemônica de uma classe, ou de uma coalizão de classes sobre o conjunto da sociedade, opera-se com a “passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas” (*ibid*, p.50), momento este em que as ideologias germinadas assumem a forma de ação política, combinando os fins econômicos e políticos, conseguindo, desta forma, se impor e se irradiar socialmente e, conquistando a unidade intelectual e moral.

Assim, a hegemonia se insere no bloco histórico, sendo este um conjunto complexo formado pela estrutura e pelas superestruturas, no qual ela é o “reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 1987, p. 52).

Diferentemente da ditadura, que se estabelece pela coerção, através da primazia da sociedade política sobre o conjunto da sociedade, a hegemonia é uma categoria de definição democrática, caracterizada pela primazia da sociedade civil. Gramsci (1988b, p.183), afirma que “no sistema hegemônico existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente”.

Sobre o exercício da hegemonia no regime parlamentar, Gramsci afirma que o mesmo “caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram verdadeiramente sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando demonstrar que a força pareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos chamados órgãos de opinião pública”. (Gramsci, 1988b, p. 116).

Ao analisar a relação entre sociedade civil e sociedade política, com referência ao estabelecimento da hegemonia, Portelli (1990, p. 32), afirma que “não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação.”

Dessa maneira, a superação de um bloco histórico por outro, isto é, o estabelecimento de uma nova hegemonia, passa, inevitavelmente, por mudanças radicais, tanto ao nível da estrutura quanto ao nível das superestruturas. Cada uma dessas dimensões funciona, ora como determinante, ora como determinada no processo de transformação social, inserida numa mesma totalidade histórica, definida pela interação entre sociedade civil e sociedade política, sustentada pelo conjunto das forças produtivas e pelas relações sociais de produção.

As crises no interior de um bloco histórico são, portanto, determinadas pelas condições objetivas e subjetivas, atingidas pela formação social no seu devir universal. O processo de transformação social, de um modo de produção a outro ocorre quando “as forças produtivas materiais da sociedade entrem em contradição com as relações de produção existente ou, o que é a expressão jurídica, com as relações de produtividade no seio das quais se tinham movido até então. (...) surge então a época da revolução social” (Marx, 1983, p. 24-5), perfazendo a configuração de um novo bloco histórico, determinado por uma nova base social e sua materialidade.

Conclusão

A compreensão da hegemonia, desenvolvida por Gramsci, determinada pelo complexo conjunto formado pela estrutura e pelas superestruturas, dialeticamente articuladas, traz elementos que propiciam o aprofundamento teórico e a ação prática sobre a organização da escola e sobre o seu papel no processo de transformação da realidade.

A escola atingirá a condição mediadora, na medida em que tenha a sua proposta pedagógica organicamente articulada com os movimentos sociais desenvolvidos historicamente. Cumprindo com a sua função perspicua de socializadora dos conhecimentos científicos e culturais acumulados pela humanidade, ela permitirá que o sistema de ensino possa desempenhar a sua ação em face aos estágios de desenvolvimento das forças produtivas e da sua vinculação com as relações de produção existentes.

Essa função determinante do ensino, entretanto, está ligada a um tipo de compreensão que o movimento operário necessita desenvolver com relação à própria escola. Nessa compreensão deve estar incluída a análise da natureza de classe da organização escolar, a qual, na sociedade capitalista, é caracterizada pela dualidade, separando educação do trabalho, produção do conhecimento e, por conseguinte, o trabalhador do “intelectual”. Não se trata, em absoluto, de se buscar a superação da dualidade estrutural do capitalismo pela organização do ensino, o que seria um absurdo. Trata-se, na verdade, da busca da reunificação entre produção e cultura, as quais justificam a existência e a essência humanas que, se juntas, indentificam-se com a omnilateralidade e o devir universal e, se separadas, como na forma engendrada pelo capitalismo, constroem a unilateralidade, divide o homem e fabrica o mundo da pseudoconcreticidade.

A discussão, desenvolvida por Marx, sobre a necessidade de se modificar as condições sociais para se criar um novo sistema de ensino, e a necessidade de se criar um sistema de ensino novo, para poder modificar as condições sociais, destaca a importância da prática pedagógica como parte orgânica das mudanças sociais. Esta concepção exige, por sua vez, que a elaboração dos currículos, dos planejamentos dos cursos e da organização escolar como um todo, devem ter como ponto de partida as relações sociais de produção, levando-se sempre em conta que a superação do ontem pelo hoje se dá por incorporação, e que o hoje é histórico.

Assim, as novas técnicas de trabalho decorrentes das inovações tecnológicas no processo produtivo que se desenvolve atualmente, e que trazem no seu bojo a discussão sobre a relação capital e trabalho, em função dos impactos sociais que vêm provocando, estão propiciando o debate quanto ao papel da escola neste novo contexto. Este novo contexto ao exigir um trabalhador de novo tipo, exige um novo modelo educacional a ser construído que, por sua vez, vai exigir a formação de um novo tipo de educador.

Este é o principal desafio apresentado atualmente à sociedade em geral e aos educadores em particular: identificar os alcances e limites deste novo padrão de acumulação capitalista – que está se desenhando com base na competitividade – e, a partir desta identificação, construir um novo princípio educativo, que propicie a superação da unilateralidade, etapa fundamental para a conquista hegemônica dos trabalhadores.

RESUMO

Num contexto de internacionalização das economias nacionais, em que o mercado parece exercer o papel de árbitro de todas as relações humanas, e em que o mundo parece estar sendo reduzido a um grande *shopping center*, parece ser anacrônico se falar em contra-hegemonia burguesa.

Afinal, o Apocalipse do “Fim da História”, do “Fim das Ideologias”, que vem sendo apregoado pelos “modernos”, aponta para o desaparecimento da hegemonia, da contradição e das classes sociais, colocando, por sua vez, a relação entre capital e trabalho como uma coisa do passado. Mas é exatamente para andar na contramão desses “profetas” da eternalização do presente, para combater o seu conservadorismo, e para alertá-los quanto à historicidade do presente, (a história não se repete), que resolvemos, neste trabalho, retomar a discussão em torno da hegemonia, da contradição e da luta de classes que se desenvolvem no interior da estrutura escolar, parte orgânica da totalidade histórica da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988a.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988b.
- Marx, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____; Engels, Friederich. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. (v. 3)
- _____. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1992.
- PORTELLI, Hugnes. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Saviani, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1991a.
- _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 1991b.